

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social -**  
2 **SEDS/PR**  
3 **Secretaria Executiva dos Conselhos - SEC**  
4 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 5º Andar Bloco 'C' -**  
5 **Palácio das Araucárias**  
6 **CEP 80530-915**  
7 **Curitiba - Paraná**



## 8 **Assembleia Ordinária** 9 **CEAS/PR-14/02/2014**

10  
11 Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de 2014, às 10:00h, no auditório da Secretaria de  
12 Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, sito no 7º andar do Palácio das  
13 Araucárias, a rua Jacy Loureiro de Campos s/n – Bairro Centro Cívico, em Curitiba – Paraná,  
14 fizeram-se presentes os Conselheiros que integram o **Conselho Estadual de Assistência**  
15 **Social - CEAS/PR**, dando sequencia aos trabalhos após o termino da Assembleia  
16 Extraordinária realizada nessa mesma manhã e que aprovou as propostas de alteração do  
17 Regimento Interno no que se refere à eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil e Presenças  
18 dos Conselheiros Maria Auxiliadora, (CRAS de Sarandi), Ataíse Maronese (CRESS – Ponta  
19 Grossa), Adriana (CRESS de União da Vitoria), Laura (CRESS – 11º Região), Arthur (NASA de  
20 Foz do Iguaçu), Olinda (Londrina), Vanderlei (Pastoral da Criança – Cascavel e Toledo), Plínio  
21 (APAE de Jacarezinho), Daniel (SEAB), Inês Roseli (APAE de Francisco Beltrão e Pato Branco),  
22 Leandro (SEDS), Diogo (PGE), Luciana (Escritório Regional/SEDS – Ponta Grossa), Delvana  
23 (SEED), Evandra (SEPL), Dulce Darolt (SEJU), Lindalane (COHAPAR), Dra. Danielle (Núcleo  
24 Jurídico/SEDS), Gladys (SEDS), Elenice (PSE/SEDS), Tatiana (Gestão do SUAS/SEDS), Marli  
25 (SETS), Nircélio Coordenador de Renda e Cidadania (SEDS). NA reabertura dos trabalhos, a  
26 **Presidente Roseli** julgou oportuno apresentar ao plenário o Procurador do Estado e  
27 Conselheiro, **Dr. Diogo Cordeiro Rodrigues** que doravante atuará no Núcleo Jurídico da  
28 SEDS, em substituição ao **Dr. Moises Moura Saura**. A titulo de informação, a Presidente  
29 enalteceu a contribuição prestada pela **Conselheira Daiana Sprada** (Ação Social do Paraná),  
30 que em breve também será substituta. Já a Conselheira **Edite Rocha** (SEAB) se fazia  
31 representar pelo seu Suplente **Daniel Gomes Santos**. Na sequencia, os Conselheiros  
32 receberam os cumprimentos da Coordenadora do Programa Família Paranaense, **Leticia Reis**,  
33 informando que 2014 será um ano de intenso labor, ocasião em que serão coletados os  
34 esperados resultados após uma caminhada importante. **\*Apreciação da pauta com**  
35 **inclusões.** 1)- **Coordenadora Gladys** – Resolução 21/13 da CIT e o Edital nº15 ( Construção  
36 de CRAS 2014, referente aos Municípios que estavam em expansão federal). 2) **Conselheiro**  
37 **Leandro** – Transferência do relato da comissão do FIA para o período da tarde, tendo em vista  
38 a convocação da **Conselheira Marcela Evangelista** para uma reunião na Secretaria da  
39 Fazenda - **\*Aprovada a pauta com as citadas inclusões. \*Apreciação da Ata da**  
40 **Assembleia de dezembro/13. \*Aprovada.** Atenta ao andamento das questões, a integrante  
41 do Núcleo Jurídico da Administração/SEDS, **Dra. Danielle Vieira**, alertou a mesa Diretora  
42 para o que o Regimento Interno exige: - toda a matéria referente a orçamento que seja passível  
43 de votação, irá necessitar de 2/3 de presença dos Conselheiros. Sendo assim, atentar para o  
44 período da tarde já que corre-se o risco de haver esvaziamento do plenário. É necessário haver  
45 o compromisso de todos para que resulte numa deliberação legal. **\*Informes da Secretaria**  
46 **Executiva - Helena Navarro Gimenez.** \* Em 09/01/2014, recebido o processo de Nº  
47 13.032.895-4 procedente do Gabinete do Procurador Geral, indicando o Procurador do Estado  
48 Dr. Diogo Luiz Cordeiro, para substituir o Conselheiro Procurador Dr. Moises Saura. \* Em  
49 09/01/2014, recebido o processo de Nº 13.043.925-0, procedente da SEPL- Elizabeth Critina  
50 de Azevedo, com indicação para substituir a Conselheira Márcia do Valle. Em 13/01/2014-  
51 recebido o ofício nº113/2013, procedente do CMAS de Guarapuava, trazendo consulta sobre a  
52 equipe minima exigida nas entidades de Assistência Social. \*Em 17/01/2014 recebido o ofício  
53 nº002/2014/CNAS/MDS, em resposta ao ofício nº218/2014 CEAS/PR, \*em 28/01/13 – recebido  
54 o ofício 01/2013 da prefeitura de Palmas, trazendo a justificativa da não adesão do município  
55 ao cofinanciamento Estadual para construção de CRAS. \*Em 06/02/2014 recebido o processo  
56 de nº13.078.232-9 da Ação Social do Paraná, trazendo a substituição da Conselheira da  
57 Sociedade Civil **Daiana Sprada** por **Giceli Stoco**. \*Em 10/02/2014, recebido o processo  
58 nº13.081.316-0, do SESC, sobre o Programa Mesa Brasil. Foi repassada também a mensagem  
59 de despedida da **Conselheira Daiana Sprada**, que ao deixar o Conselho agradeceu a todos os  
60 Conselheiros e Secretaria Executiva por todos os momentos compartilhados, e pela  
61 oportunidade de contribuir na construção da Política Estadual de Assistência Social. \*  
62 **Relatórios das comissões Secretaria Executiva Helena N. Gimenez. \* Comissão de**

63 **acompanhamento dos CMAS, 1) Planilha sistematizada com os resultados do Censo**  
64 **Conselhos 2012:** A conselheira Maria Sirlei da Coordenação de Gestão do SUAS apresentou o  
65 trabalho que a coordenação está desenvolvendo com a sistematização das informações do  
66 Censo Conselhos 2012. Somente 7 municípios não responderam o Censo. A conselheira  
67 informou que a Coordenação de Gestão do SUAS já solicitou justificativas aos municípios que  
68 não preencheram o Censo. **Parecer da Comissão:** Na reunião plenária do dia 14/02 será  
69 apresentado os municípios que já encaminharam as justificativas, bem como os que não  
70 encaminharam, visando o encaminhamento de solicitação pelo CEAS/PR. **Parecer do CEAS:**  
71 Encaminhar ofício aos CMAS dos 7 municípios que não preencheram o Censo 2012, solicitando  
72 justificativas e informações sobre o preenchimento do Censo 2013.2) **Inclusão de pauta:**  
73 **Plano de Acompanhamento do CEAS aos CMAS - Meta 3: Criar e implantar**  
74 **procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas pelo Conselho Estadual de**  
75 **Assistência Social.** A Secretária Executiva do Conselho, Helena Navarro Gimenez, informou  
76 que o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS encaminhou a Resolução nº04/2011 do  
77 CNAS que dispõe pelos procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas pelo CNAS. Ela ainda  
78 considerou que, como os procedimentos de denúncias também devem ser aplicados pelo  
79 CEAS/PR, tendo em vista a Meta 3 do Plano de Acompanhamento aos CMAS, a Comissão elabore  
80 uma minuta de Deliberação do Conselho dispoendo sobre o processo de recebimento de  
81 denúncia. **Parecer da Comissão:** a minuta de deliberação deverá ser elaborada em  
82 consonância com a Resolução do CNAS e pautada para apreciação e aprovação dos conselheiros  
83 na reunião de março de 2014. **Parecer do CEAS: Aprovado \*Comissão Temporária, da X**  
84 **Conferencia Estadual – Relatora Secretaria Executiva – Helena N Gimenez- 1) Análise**  
85 **das justificativas de ausência dos delegados que não compareceram na X Conferência**  
86 **Estadual. Parecer da Comissão:** A Comissão apreciou as justificativas de ausência enviadas  
87 por Andrea Regina Hahn (acatada), Rafaela Ferrari (solicitar atestado médico da mãe), Regina  
88 Teixeira Lucio (solicitar atestado médico). Considerando alguns equívocos que ocorreram no  
89 processo de inscrição da Conferência e confirmação de presença, a Secretaria Executiva fará  
90 uma busca aos delegados que não se manifestaram com o envio da justificativa de ausência.  
91 Em relação às complementações de justificativas, solicitadas pelo Conselho na reunião de  
92 dezembro, serão acatadas as justificativas de Enaus Barbosa, Bianca Fortunato e Célia Ferreira  
93 Lopes. Será aberto processo de ressarcimento apenas para o Luiz Fernando. **Parecer do CEAS:**  
94 **Aprovado.** Ao se fazer referencia aos Conselheiros que deixaram de comparecer à Conferencia  
95 sem a devida justificativa, o representante da PGE, **Dr. Diogo Luiz Rodrigues** informou que  
96 em caso do não ressarcimento espontâneo, outros procedimentos irão ser providenciados para  
97 que o Estado seja compensado. **2) Prazo para os delegados que não tiveram as suas**  
98 **justificativas de ausência da X Conferência Estadual acatadas pelo CEAS/PR**  
99 **ressarcirem o FEAS.** A Secretária Executiva apresentou o retorno do Grupo Financeiro Setorial  
100 da SEDS e do Núcleo Jurídico da Administração em relação ao processo de cobrança. **Parecer**  
101 **da Comissão:** A Comissão entende como prazo apropriado para ressarcimento até 60 dias após  
102 o recebimento da comunicação oficial do Conselho pelo delegado. Deverá ser elaborada uma  
103 Deliberação contendo o prazo para ressarcimento pelos delegados ausentes na X Conferência  
104 Estadual. **Parecer do CEAS: Aprovado. 3) Verificação das ausências dos delegados do**  
105 **Estado do Paraná na IX Conferência Nacional de Assistência Social.** A Secretária Executiva do  
106 CEAS, informou que a maioria dos delegados já prestaram contas da viagem para Brasília,  
107 faltam apenas 27 delegados encaminharem os comprovantes de embarque. A justificativa de  
108 ausência de Francieli de Alcantara Ribeiro foi apreciada e acatada pelos conselheiros. **Parecer**  
109 **da Comissão:** A Secretaria Executiva entrará em contato com os Escritórios Regionais para  
110 reforçar o pedido de entrega dos comprovantes de embarque, para fins de prestação de contas.  
111 **Parecer do CEAS: Aprovado. Comissão de Revisão do Regimento Interno do CEAS/PR:**  
112 **1) Deliberação nº01/2014 CEAS/PR – Regulamento de eleição da sociedade civil**  
113 **organizada do CEAS/PR.** A Secretária Executiva apresentou a formatação final do  
114 regulamento de eleição, de acordo com o conteúdo aprovado pelo Conselho na reunião de  
115 dezembro de 2013. **Parecer da Comissão:** O Conselheiro Diogo, representante da PGE no  
116 Conselho, pediu vistas do processo e retornará com sua análise na reunião plenária do  
117 Conselho, dia 14/02. **Parecer do CEAS: Aprovado.** Na sequencia. **Dr. Diogo Rodrigues,**  
118 representante da Procuradoria Geral do Estado, pontuou que no protocolo submetido ao  
119 Jurídico não consta a aprovação do CEAS na 1º versão. Como já existe uma nova proposta  
120 regimental, julgou conveniente aprovar mais uma vez. Quanto ao art.22 da ultima versão, nele  
121 não se estabeleceu a participação especifica do Ministério Publico na habilitação dos  
122 candidatos, como também só prevê **1 dia** para analise dos recursos e impugnação. Houve o  
123 esclarecimento do **Vice Presidente Leandro Meller,** apontando que a 1º versão foi juntada  
124 ao processo pela Secretaria Executiva, como sendo um documento que serviria de base para as  
125 diversas adequações. Referindo-se aos prazos, sugeriu reduzir para 25 dias, não vendo

126 problemas em adiantar os procedimentos, para se chegar à posse nas datas previstas. Cada  
127 Escritório Regional encaminhará uma solicitação formal para que o Ministério Público, se faça  
128 presente, dando todo o acompanhamento necessário. Solicitou ainda o apoio dos **Drs. Danielle**  
129 **e Diogo**, visando dar clareza a redação. (M.P). Lembrou ainda que na 1º versão havia um  
130 formato de procedimento e ocorreram mudanças: Assim, deve-se estabelecer um prazo para o  
131 Ministério Público, Chamando-o para acompanhar todo o processo. Manifestou-se a  
132 **Presidente Ines Roseli**, comunicando que os Conselheiros estão de acordo, já que foi tudo  
133 amplamente discutido e aprovado. Permanece o adendo de encaixar melhor o prazo para o  
134 Ministério Público, tarefa essa que ficará a cargo do Núcleo Jurídico e Assessoria técnica. De  
135 maneira oportuna, o **Vice-Presidente Leandro Meller** expôs que desejava registrar o seu  
136 agradecimento dirigido aos Conselheiros e Núcleo Jurídico, pela abertura dada a um processo  
137 complicado e evolutivo, como a discussão sobre o processo eleitoral da Sociedade Civil, na  
138 verdade um caminho tranquilo e democrático. Da parte da **Presidente Roseli** ouviu-se um  
139 agradecimento dirigido ao Núcleo Jurídico da SEDS, na pessoa da **Dr. Danielle Vieira e Dr.**  
140 **Moises**, por todo o acompanhamento empreendido nesse novo processo. Dirigindo-se a  
141 **Coordenadora do SUAS Tatiana**, o **Vice-Presidente Leandro** sugeriu verificar a  
142 possibilidade junto a SESA e GAS, de se planejar uma Vídeo Conferencia visando assegurar  
143 uma orientação inicial aos Escritórios Regionais.(processo eleitoral da Soc.Civil). O  
144 **Conselheiro Plínio** deixou evidente que as funções dos Conselheiros Regionais são relevantes:  
145 O fortalecimento dos Fóruns é Fundamental sob pena de que algumas regiões poderão sentir-  
146 se fragilizadas. Segundo o **Conselheiro Artur**, na região de Foz do Iguaçu, tanto o Escritório  
147 Regional quanto o Fórum e representação do COGEMAS, estão mobilizados.\***Aprovado o**  
148 **processo por unanimidade \* 2) Proposta de alteração do Regimento Interno do**  
149 **CEAS/PR:** A Secretária Executiva apresentou as propostas de alteração do Regimento Interno  
150 do CEAS, com exclusão de parte do art. 4º e inclusão da Comissão de Acompanhamento aos  
151 CMAS no Art. 19. **Parecer da Comissão:** A Comissão aprova as sugestões de alterações.  
152 **Parecer do CEAS: Aprovado. Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização –**  
153 **Relatora Conselheira, Luciana**, eleita pelo grupo tendo em vista a saída da **Conselheira**  
154 **Daiana Sprada, 2.1 – PEC: Projeto Pedagógico EAD:** Apresentou-se o Projeto Pedagógico  
155 de curso modalidade EAD a ser realizado em parceria pela SEDS e SEAP/Escola de Governo,  
156 bem como a sugestão de cronograma de execução. **Parecer da comissão:** Projeto e  
157 cronograma aprovados pela comissão. Encaminhar para parecer da plenária. **Parecer do**  
158 **CEAS: Aprovado. Outros Informes relativos ao PEC: 1)** Tatiana informa que o processo de  
159 licitação dos cursos do PEC precisa de novos orçamentos, que já foram solicitados a empresas,  
160 pois os antigos expiraram ao final do exercício de 2013, antes que se pudesse contratar os  
161 serviços. Os orçamentos são essenciais para verificação da viabilidade de utilização dos  
162 recursos do FEAS disponíveis para custear as capacitações. Como alternativa a este processo,  
163 a SEDS vem articulando com a Escola de Governo a possibilidade de executar os cursos de  
164 curta duração (dois eventos de cada coordenação, descentralizados em macro regionais, com  
165 no máximo 8 horas) com recursos advindos do Banco Mundial. **2)** A coordenadora da  
166 CGS/SEDS também informa que esteve em Brasília na última semana em reunião com o MDS e  
167 Universidades Estaduais para execução dos cursos do Programa CapacitaSUAS (recurso 2012).  
168 A previsão é de que as aulas iniciem em 07 de abril de 2014, com execução descentralizada  
169 pela UEL (turmas em Londrina e Cornélio Procópio) UEM (turmas em Maringá e Cianorte),  
170 UEPG (turmas em Ponta Grossa e Curitiba), UNICENTRO (turmas em Guarapuava e Irati) e  
171 UNIOESTE (turmas em Toledo).**3)** O Estado do Paraná também já firmou termo de aceite com  
172 o MDS, aprovado pelo CEAS na última reunião de 2013, tendo aderido a 2250 vagas do  
173 Programa CapacitaSUAS – recurso 2013 (máximo ofertado ao estado na época). Contudo, o  
174 Ministério já comunicou que este número irá subir para 3540 vagas, uma vez que existem  
175 vagas remanescentes devido a não adesão de várias unidades da federação. A SEDS irá  
176 apresenta à CIB e ao CEAS nas próximas reuniões pautas relativas aos conteúdos dos cursos,  
177 formatação e distribuição de vagas. A Coordenadora da Gestão do SUAS, **Conselheira**  
178 **Tatiana**, faz algumas referencias ao curso que será disponibilizado aos trabalhadores do SUAS  
179 de todo o Estado, no qual se refere a Política de Assistência Social e Gestão do SUAS (1.200  
180 vagas), cujas inscrições serão feitas através da Escola de Governo mediante cadastramento a  
181 partir de 21/02.**2.2 – PEAS:** O Plano Estadual de Assistência Social 2012-2015 prevê em seu  
182 quadro de ações apenas metas para 2012 e 2013. Sendo assim, faz-se necessário apresentar-se  
183 um planejamento da SEDS para 2014 e 2015. A previsão é que o quadro de ações seja  
184 submetido à análise da CIB na próxima reunião ordinária e, logo de sua aprovação nesta  
185 instância, será apresentado para apreciação do CEAS. O atraso se deu porque se faz necessária  
186 primeiro aprovação do Pacto de Aprimoramento. **Parecer da comissão:** Ciente. Aguarda-se a  
187 apresentação deste ponto de pauta na próxima reunião posterior à pactuação da CIB. **Parecer**  
188 **do CEAS: Aprovado. 2.3 – Pacto de Aprimoramento de Gestão:** A CIT pactuou, em 2013,

189 prioridades e metas para os Estados e União em 2014 e 2015 para aprimoramento da gestão do  
190 SUAS. As ações propostas pela SEDS para alcançar as metas foram aprovadas, após  
191 adequações, pela CIB em 11/02/2014. Sendo assim, foram apresentadas a esta comissão do  
192 CEAS, procedendo-se a leitura de cada uma das prioridades. **Em relação à prioridade 2:**  
193 Questionou-se os parâmetros para oferta de cofinanciamento para PAEFI em municípios que  
194 não possuem CREAS. Esclareceu-se que a intenção não é que o município ofereça o PAEFI sem  
195 ter CREAS, mas sim estimular a implantação deste equipamento para oferta do serviço.  
196 Também questionou-se os critérios para distribuição dos recursos por municípios. Esclareceu-  
197 se que existe uma câmara técnica ativa na CIB estudando a forma de implantação e  
198 distribuição para atendimento a municípios pequenos que apresentam alta demanda de  
199 serviços de PSE – levando em conta estudos estaduais de demanda e novas portarias federais.  
200 Discutiu-se também a possibilidade de orientação aos municípios contemplados com o piso  
201 paranaense para direcionamento desse recurso para ações da PSE – Média Complexidade,  
202 principalmente em municípios que possuem demanda e não possuem os serviços. **Em relação**  
203 **à prioridade 5:** Pediu-se esclarecimento quanto à organização do setor de vigilância no  
204 Estado. **Em relação à prioridade 8:** Sugeriu-se a revisão da distribuição de vagas de  
205 conselheiros do CEAS governamentais por região do Estado, nos mesmos moldes de  
206 proporcionalidade aplicados aos conselheiros não governamentais. Também solicitou-se mais  
207 informações sobre o Pacto de Aprimoramento para os Municípios. Informou-se que a SEDS  
208 realizará webconferência sobre o assunto em 27/02/2014. **Parecer da comissão:** Solicitou-se à  
209 SEDS apresentação, na próxima reunião do CEAS, sobre como o Estado está estruturando às  
210 ações competentes à Vigilância Socioassistencial. Também pediu-se para pautar na plenária os  
211 procedimentos necessários e a viabilidade de alterar a representação governamental no CEAS  
212 para que contemple a proporcionalidade por região. Também deve-se discutir se esta medida  
213 deverá ou não constar como ação do Estado no Pacto de Aprimoramento. No mais, aprova-se o  
214 documento na comissão. **Parecer do CEAS: Esclarecidos os pontos questionados foi**  
215 **aprovado o Pacto de Aprimoramento do Estado na integra conforme documento**  
216 **submetido pela Coordenação da Gestão do SUAS ao Conselho.** Segundo o **Vice-**  
217 **Presidente Leandro Meller**, a regionalização vem sendo trabalhada através das reuniões  
218 descentralizadas, que propiciam aos técnicos dos Escritórios Conhecerem a dinâmica do  
219 Conselho. Considerou ser importante ampliar a vinda nas Assembleias do Conselho. A guisa de  
220 informação, a Coordenadora da PSE, **Elenice Malzoni**, ressaltou que a meta é garantir a  
221 paridade entre os representantes dos três segmentos da Sociedade Civil.(usuários,  
222 trabalhadores e entidades). Já essa ampliação da participação dos Escritórios Regionais no  
223 Conselho. Fugiria da sua real função, que por sinal consta do Regimento da SEDS. Foi sugerido  
224 pelo **Conselheiro Artur** para que haja uma maior distribuição regional dos cursos no que se  
225 refere aos técnicos, não priorizando apenas os da SEDS. Considerou o **Vice-Presidente**  
226 **Leandro** que esse assunto poderá ficar registrada, sedo uma questão levantada pelo CEAS que  
227 poderá evoluir.(capilarização da ação do Conselho) \* **Em apreciação** a documentação  
228 apresentada pela Coordenação do SUAS. **Aprovado o Pacto de Aprimoramento. 2.4 –**  
229 **Moção de reivindicação – X Conferência Estadual de Assistência Social.** Procedeu-se a  
230 leitura de moção apresentada na última conferência estadual de assistência social,  
231 reivindicando informações quanto às providências que estão sendo tomadas pelo Estado para  
232 melhor compor as equipes regionais da SEDS. Verificou-se que a reivindicação foi levada ao  
233 gabinete da Secretária, que encaminhou para a Diretoria Geral e, na sequência, para o Grupo  
234 de Recursos Humanos Setorial e Assessoria Técnica. Como resultado, informou-se que os  
235 servidores habilitados no último concurso foram encaminhados às unidades de CENSE, em  
236 função de limite prudencial. Além disso, informou-se que será tratada como prioridade a  
237 necessidade de composição das equipes regionais. Contudo, não há concurso vigente e nem  
238 poderá ser aberto novo concurso em função do limite prudencial e do ano eleitoral. Em relação  
239 ao tema, observou-se que, na última Conferência Nacional, deliberou-se “1.3 – Que as despesas  
240 da Assistência Social (...) não sejam objeto de limitação (...) da Lei de Responsabilidade Fiscal  
241 (...)”. **Parecer da comissão:** Considerando a deliberação da Conferência Nacional citada  
242 acima, que este conselho provoque e acompanhe a movimentação do Conselho Nacional e os  
243 trâmites legais para que esta reivindicação se concretize. **Parecer do CEAS:**  
244 **Encaminhamento de correspondência ao CNAS questionando quais as providências**  
245 **serão adotadas para a concretização desta proposta, bem como encaminhamento de**  
246 **correspondência do CEAS á Presidência do Senado e da Câmara dos deputados,**  
247 **manifestando a intenção do CEAS de que esta proposta se concretize, solicitando o**  
248 **apoio dessas duas casas de Lei para esta concretização. Deliberou também quanto ao**  
249 **envio da solicitação ao MDS e a Casa Civil do Governo Federal. OBSERVAÇÃO: Além**  
250 **dos pontos de pauta, discutidos, a comissão pediu para esclarecimento da SEDS na plenária**  
251 **quanto ao andamento da campanha referente às placas do Detran, cujo material fora aprovado**

252 em 2013. Solicitou-se um relato das ações desenvolvidas pela SEDS até o momento e o que  
253 está pendente.\***Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial, Relatora :**  
254 **Conselheira Lindalane (representante da COHAPAR), 3.1- Ofício nº 634/2013 da SMAS**  
255 **de Guarapuava:** Questiona sobre Resolução emitida pelo CMAS que obriga a contratação de  
256 Assistente Social em cada Entidade da rede socioassistencial, como critério de inscrição junto  
257 ao CMAS, bem como de repasse de recursos via FMAS; **Parecer da Comissão:** Encaminhar o  
258 ofício ao CNAS solicitando esclarecimentos sobre a obrigatoriedade de Assistentes Sociais  
259 contratados e vinculados a cada Entidade da rede socioassistencial.**Parecer do CEAS:**  
260 **Deliberou pelo encaminhamento prévio a AT para que possa subsidiar o CEAS no**  
261 **encaminhamento adequado para procedimento de resposta ao Município. 3.2- Ofício nº**  
262 **113/2013 do CMAS de Guarapuava:** Solicita posição do CEAS e CNAS sobre a decisão  
263 tomada pelo CMAS em exigir a contratação de Assistente Social em cada entidade inscrita  
264 junto aos Conselhos.**Parecer da Comissão:** Encaminhar ofício ao CNAS solicitando  
265 esclarecimentos sobre a obrigatoriedade de Assistentes Sociais contratados e vinculados a  
266 cada Entidade da rede socioassistencial. **Parecer do CEAS:Deliberou pelo**  
267 **encaminhamento prévio a AT para que possa subsidiar o CEAS no encaminhamento**  
268 **adequado para procedimento de resposta ao Município. 3.3- Ofício nº 002/2014**  
269 **MDS/CNAS:** Retorno da consulta, realizada pelo CEAS em dezembro/2013, sobre as equipes  
270 de referência nas Entidades de Assistência Social, por solicitação do Município de Apucarana,  
271 sobre trabalho voluntário e carga horária mínima. **Parecer da Comissão:** Reiterar ofício ao  
272 CNAS, solicitando esclarecimentos sobre a carga horária mínima e a necessidade de equipe  
273 técnica com vínculo empregatício. **Parecer do CEAS: Aprovado.** Na sequência uma ampla  
274 discussão ocorreu com vários Conselheiros colocando suas posições sobre o trabalho voluntário  
275 na área. Foi lembrado pelo **Vice-Presidente Leandro Meller** que não se tem servidores  
276 efetivos nas entidades. Quando se fala em trabalhador, não se sabe se tem ou não o vínculo  
277 empregatício e quanto a isso , o CNAS silenciou. Na verdade, está se buscando um  
278 conhecimento, assim existe a possibilidade de reiterar a informação ao Conselho Nacional e  
279 replicar essa resposta aos 399 Municípios. Alicerçada no seu qualitativo trabalho junto ao  
280 Sistema Único, a **Coordenadora Elenice Malzoni** garantiu que para si tudo está muito claro:  
281 os serviços não são compostos somente por uma Assistente Social e sim por vários profissionais  
282 da área. Além disso, não é só aplicado para o segmento Governamental. Acabou-se de passar  
283 pelo processo de análise do Crescer em Família e o CEDCA desaprovou os projetos que não  
284 possuíam equipe mínima. Sabe-se que para trabalhar é necessário ter salários e trata-se de um  
285 conjunto de atores que atuam, qualificando o atendimento aos que dele precisam. Assim, o  
286 voluntariado não pode assumir o serviço e sim complementá-lo. Foi a vez da **Conselheira**  
287 **Letícia Reis** pontuar que nada tem contra o voluntariado porem, para avançar no serviço,  
288 deve-se contar com profissionais efetivos. Dirigindo-se ao plenário, o **Conselheiro Artur**  
289 (NASA de Foz do Iguaçu) inqueriu o que fazer com as atividades conduzidas por voluntários,  
290 durante os 20 anos de vida da sua entidade. A regra deverá ser aplicada, disse o **Conselheiro**  
291 **Leandro**, mediante uma resposta que esclarecerá ou não. Enquanto profissional de um  
292 Município de médio porte, a **Conselheira Ataise** afirmou conhecer a legislação e pergunta-se  
293 sempre onde está escrita essa informação. Trata-se de uma questão séria que não poderá  
294 trazer mais um nó para os Municípios, pois não se pode criar uma regra que não se tem  
295 respaldo em lugar nenhum. Dando uma atenção especial, a **Conselheira Luciana** constatou  
296 ser necessário questionar com perguntas objetivas ao CNAS. Já foi discutido um processo de  
297 reordenamento e o CEDCA foi taxativo: se não tiver equipe constituída, não se recebe recursos.  
298 Os Escritório Regionais tem um papel importante nesse esclarecimento aos municípios. Pela  
299 maioria do grupo, decidiu-se elaborar os quesitos e encaminhar para a Assessoria Técnica. **3.4-**  
300 **Solicitação de Aval para doação da CONAB ao Programa Mesa Brasil do SESC/PR:** O  
301 SESC solicita emissão de Aval pelo CEAS/PR para a doação de 13.521K de doces e frutas  
302 destinados destinados a 8 municípios. **Parecer da Comissão:** Responder ao SESC/PR para que  
303 encaminhem ofício ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional solicitando a  
304 emissão do aval. Na impossibilidade desta emissão, o CONSEA deve solicitar aos seus  
305 Conselhos Municipais a emissão deste aval. Caso não exista CONSEA nos municípios onde  
306 serão destinadas as doações, solicitar aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural ou  
307 CMAS. **Parecer do CEAS: Aprovado. \* Intervalo para o almoço.** Retomada das atividades  
308 às 13h45m, com a presença de 20 Conselheiros. \* **Comissão de Financiamento e**  
309 **Gerenciamento do Fundo - Relatora : Conselheira Marcela(SEDS), 1.1 - Relato da**  
310 **Comissão de Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional:** A técnica  
311 Consuelo da Coordenadora de Proteção Social Especial, informou que não houve reunião nesse  
312 período de recesso . **PARECER DA COMISSÃO: CIENTE.** Em dado momento, a **Conselheira**  
313 **Elenice** (SEDS) externou que ultimamente o **Conselheiro Plínio** (APAE de Jacarezinho) vem  
314 participando na CIB, das discussões do reordenamento institucional. Sugeriu referendar mais

315 uma pessoa, para com ele dividir essa tarefa. O **Vice-Presidente Leandro Meller** definiu  
316 pelos nomes dos Conselheiro Plínio (Titular) e Inês Roseli como suplente. **PARECER CEAS:**  
317 **Ciente da informação apresentada pela CPSE da conclusão dos trabalhos desta**  
318 **comissão, bem como referendar a participação do conselheiro Plínio como**  
319 **representante titular e conselheira Inês Roseli como suplente na câmara técnica de**  
320 **reordenamento dos serviços de acolhimento para crianças, adolescente e idosos na**  
321 **CIB.** Abrindo um espaço, o **Vice-Presidente Leandro Meller (SEDS)** referiu-se a realização  
322 da Reunião da CIB, ocasião em que a representante suplente de Curitiba, Assistente Social  
323 **Jucimeri Silveira** elogiou a equipe da Proteção Social Especial por todos os procedimentos  
324 encetados, culminando com um expressivo avanço nas ações, em pouco tempo de trabalho.  
325 Trata-se de um reconhecimento a ser pontuado. **1.2 - Protocolo nº 13.026.027-6: Retorno**  
326 **da CPSB sobre o Projeto da Associação Damas de Caridade de Arapongas.** Retorna o  
327 protocolado com a informação da CPSB de que o município de Arapongas aderiu ao Serviço de  
328 Convivência e Fortalecimento de Vínculos e, que de acordo com o SUAS, a rede prestadora de  
329 serviços deve atuar em parceria com o CRAS, que é de responsabilidade da gestão municipal.  
330 **PARECER DA COMISSÃO: APROVADO o parecer da CPSB. Encaminhar ofício à**  
331 **entidade com as orientações contidas na Informação Técnica. PARECER CEAS:**  
332 **Aprovado. 1.3 - Ofício nº 01/2014 do CMAS de Irati: Solicitam cofinanciamento para**  
333 **Benefícios Eventuais.** O CMAS de Irati encaminha ofício solicitando cofinanciamento  
334 estadual para Benefícios Eventuais, de acordo com a Resolução do CNAS nº 33 de 12/12/12.  
335 Encaminhar à CPSB para orientações técnicas. **PARECER DA COMISSÃO:**  
336 **encaminhamento a CPSB para manifestação. PARECER CEAS: Aprovado. 1.4 -**  
337 **Balancete FEAS Dezembro/2013 e Janeiro/14.** A técnica Marcela, apresentou o Balancete  
338 de Dezembro/2013. **PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS: Aprovado.**  
339 **1.5 - Alteração da Deliberação nº 074/2013 - Centro Dia e Residências Inclusivas.** A  
340 técnica Renata da Coordenação da Proteção Social Especial, solicita alteração na Deliberação  
341 nº 074/2013, no art. 1º, onde se lê “que tiveram seus planos de reordenamento aprovados pelo  
342 MDS nas 1º, 2º e 3º expansões”, leia-se “aos municípios que realizaram o aceite formal nas  
343 expansões realizadas pelo MDS.” E, a inclusão de um novo artigo com o seguinte texto: “O  
344 repasse do recurso correspondente às 06 primeiras parcelas, será realizado em parcela única,  
345 sendo que a continuidade do repasse está condicionada a demonstração da implantação dos  
346 equipamentos e serviços socioassistenciais, por meio do preenchimento do Cadastro Nacional  
347 do Sistema Único de Assistência Social - CadSuas e pelo parecer técnico da equipe do  
348 Escritório Regional de referência do município.” **PARECER DA COMISSÃO: APROVADO.**  
349 **PARECER CEAS: Aprovado. 1.6 - Ofícios Circulares**  
350 **externos/MDS/SNAS/DEFNAS/CGEOF/nº 50/2013 e nº 092/2013.** Ofício Circular  
351 externo/MDS/SNAS/DEFNAS/CGEOF/nº 50/2013 de 19/07- parcela 06/2013 do IGD-SUAS no  
352 valor de R\$ 35.892,70; Ofício Circular externo/MDS/SNAS/DEFNAS/CGEOF/nº 92/2013 de  
353 30/12 - parcela 08/2013 do IGD-PBF no valor de R\$ 65.722,58 e 09/2013 do IGD-SUAS no valor  
354 de R\$ 37.804,69. **PARECER DA COMISSÃO: CIENTE. PARECER CEAS: Ciente. 1.7 -**  
355 **Aprovação dos projetos para reforma de unidade de proteção social especial para reestruturação**  
356 **da rede de serviços, na modalidade de residência inclusiva através de duas emendas**  
357 **parlamentar no valor de R\$250.000,00 cada uma. Parecer do CEAS: Aprovado. \*Comissão**  
358 **de Políticas Sociais - Relator : Conselheiro Plínio 4.1 Para conhecimento: Protocolado**  
359 **nº13.010.017-1: Elaboração de Nota Técnica sobre o funcionamento dos Conselhos**  
360 **Tutelares.** O protocolado retornou do CEDCA/PR contendo a informação sobre a elaboração  
361 da Nota Técnica. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. 4.2 Protocolado**  
362 **nº13.026.047-0: Relatório elaborado pelos técnicos do SUAS do município de Foz do**  
363 **Iguaçu referente às deficiências no quadro próprio do referido município.** Os  
364 trabalhadores do município de Foz do Iguaçu encaminharem às Instâncias de Controle Social,  
365 relatório situacional dos Serviços de Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta  
366 Complexidade. Os trabalhadores alegam falta de Recursos Humanos para atendimento da  
367 população usuário e negligência da gestão municipal pelo remanejamento dos profissionais dos  
368 equipamentos do SUAS. **Parecer da Comissão:** A comissão acolhe as sugestões de  
369 recomendações técnicas a ao município referente às questões de trabalho em “mesa de  
370 negociações”, as demais demandas já foram encaminhadas e que aguarda a tramitação normal  
371 dos processos, além disso, na CIB formou-se comissão para, in loco, realizar visita de  
372 monitoramento e questionar a gestora sobre a denúncia e possíveis prazos o cumprimento ou  
373 não das metas CRAS a que estão sujeitos. Solicita-se a participação nesta comissão do  
374 Conselheiro Arthur do CEAS da região de Foz. Todas as demandas do descumprimento já  
375 foram estabelecidas pela CIB e apenas aguarda o posicionamento do município para tomar as  
376 medidas cabíveis. **Parecer do CEAS: Aprovado. 4.3 Ofício nº01/2014 do município de**  
377 **Palmas.** Justificam a não adesão ao cofinanciamento estadual para a construção de CRAS,

378 tendo em vista a perda do prazo para adesão. **Parecer da Comissão:** Compreendendo a  
379 situação de Palmas seja peculiar, primando pela organização efetivada nos trâmites  
380 burocráticos que estabelece os mínimos de estrutura para a execução da política, entende que  
381 o município de Palmas se candidate nas próximas deliberações nas expansões. **Parecer do**  
382 **CEAS: Aprovado. 4.4 Protocolado nº11.370.967-7: Solicitação de prorrogação de prazo**  
383 **para a execução do convênio nº172/2013 SEDS/FEAS referente ao PAEFI do município**  
384 **de Ivaiporã, bem como ao município de Mandirituba protocolado nº 11.665.685-0.**  
385 **Parecer da Comissão:** A CPSE, bem como as equipes dos Escritórios Regionais são favoráveis  
386 à dilatação do prazo para a execução dos recursos, a Comissão de Políticas Sociais acompanha  
387 o parecer. **Parecer do CEAS: Aprovado, favorável a prorrogação. 4.5 Informações sobre**  
388 **o andamento do Incentivo Família Paranaense.** Dos 100 municípios prioritários 1 Campina  
389 Grande do Sul – posicionamento de não adesão pelo do CMAS – aguardando; 7 sem adesão (não  
390 possuem 40 famílias em acompanhamento e seus comitês) – aguardando; 39 aptos para  
391 pagamento – aguardando apenas o pagamento pelo estado; 10 receberam recursos em  
392 dezembro de 2013; 1 – correção de plano no financeiro – aguardando; 42 estão com pendências  
393 de documentação – aguardando para o cofinanciamento (falta de resolução do CMAS). **Parecer**  
394 **da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS: Ciente. 4.6 Informações sobre o pagamento do**  
395 **Renda Família Paranaense;** Aguarda-se a Negociação com o Governo Federal sobre a meta  
396 do Estado em 2014. Relato dos números para Janeiro de 2014 – 96.096 no total de R\$  
397 2.909.394,00. **Parecer da Comissão:**Ciente. **Parecer do CEAS: Ciente. 4.7 Construção de**  
398 **CRAS município de Castro; Parecer da Comissão:** Não iniciou a obra e o convênio vence  
399 em julho. Por conta de necessidade de substituição do terreno indicado bem como pelo fato dos  
400 estudos técnicos necessários no terreno não terem sido concluídos por contas das etapas do  
401 processo licitatório, o município solicita 40 dias para realizar este estudo. O parecer da CPSB  
402 é favorável ao concedimento desse prazo. A Comissão é de parecer que acompanhemos o  
403 parecer da CPSB. **Parecer do CEAS: O conselho é favorável a concessão do prazo de 40**  
404 **dias para a conclusão dos estudos, bem como da concessão de 12 meses de prazo de**  
405 **aditivo de convênio. Solicitando ainda que no prazo de 6 meses o município informe**  
406 **ao CEAS sobre o andamento da reforma do prédio onde será implantado o CRAS**  
407 **Santa Cruz. 4.8 Para conhecimento: Plano Estadual de Políticas Públicas para**  
408 **Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**  
409 **(LGBT) do Paraná.** Foi encaminhado para conhecimento da Comissão e do Conselho o  
410 referido Plano Estadual. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS: Ciente, solicitar**  
411 **a secretaria executiva que envie aos conselheiros o link do pdf do plano. 4.9**  
412 **Prorrogação do prazo do edital nº15/2013/SEDS para os municípios excluídos da**  
413 **expansão de CRAS do governo federal por indisponibilidade orçamentária. Parecer do**  
414 **CEAS:** Favorável a concessão do prazo de 20 dias após a publicação do edital sendo necessário  
415 o encaminhamento do processo ao NJA para manifestação sobre os requisitos legais para  
416 prorrogação. **\*Inclusão de pauta-Edital nº 15º-Conselheira Gladys-** Construção de  
417 CRAS/2014- 160 municípios em estudo. Colocou-se como um dos critérios estar na expansão do  
418 Governo Federal ou Estadual. No final do ano, após a realização da Conferencia Nacional,  
419 recebeu-se uma relação dos municípios empenhados e seis deles acabaram ficando de fora.  
420 Esclareceu o **Conselheiro Leandro** que os seis municípios não abriram o processo ficando  
421 cientes após o encerramento do prazo do edital. A **Conselheira Gladys** apresentou a  
422 possibilidade desses seis municípios protocolarem os seus processos e serem avaliados. Sendo  
423 assim solicitou autorização ao Conselho, para abrir um adendo, permitindo o acesso para esses  
424 6 Municípios. (Quatigua -Colombo-Pinhais-Palotina-Colorado e Santa Fé). Avaliou a **Presidente**  
425 **Roseli** ser uma medida aceitável para que não ocorram injustiças, porem o real motivo desse 6  
426 municípios terem ficado de fora, deverá estar explicito no documento. Comprometida, a  
427 **Conselheira Gladys** (SEDS) expôs que deverá ser anexada a informação do MDS no processo.  
428 Colocou também que os municípios de Colombo e Santa Fé enviaram os seus processos,  
429 independente de saberem se foram premiados pelo Governo Federal- **Aprovado \*Sugestão de**  
430 **datas e locais para as duas reuniões ampliadas. Proposta -1º em Foz do Iguaçu 8 e 9/05**  
431 **- 2º em Ponta Grossa no (2º semestre).** Manifestou-se o **Conselheiro Arthur** agradecendo  
432 a compreensão dos colegas e informando que os preparativos em Foz do Iguaçu já estão  
433 acelerados. Com o empenho do Escritório Regional, já se pode contar com três Faculdades que  
434 estão de portas abertas para receber o Conselho, na sua 1º Assembleia descentralizada de  
435 2014. **\*Relato da IX Conferencia Nacional de Assistência Social realizada em Brasília.** A  
436 **Conselheira Presidente Roseli Tonello** abordou os pontos considerados imprescindíveis de  
437 serem comentados. De uma maneira geral, considerou que o evento deixou muito a desejar,  
438 com pontos negativos na questão da infraestrutura e planejamento. Refeições sem qualidade,  
439 falta de higiene, desrespeito aos horários, equipes despreparadas com atendimento grosseiro.  
440 A Presidente disse entender que a visibilidade da delegação paranaense deverá ser maior

441 nessas ocasiões, o estande do Paraná esteve a cargo dos servidores da SEDS **Godofredo e**  
442 **Rosane Maciel**; historicamente verificamos que visualmente o Estado do Paraná não tem  
443 conseguido demonstrar a relevância de todo o trabalho que é realizado no Estado naquilo que  
444 é exposto no estande, sendo que devemos investir mais na divulgação e demonstração do  
445 trabalho que aqui é realizado. O conteúdo das palestras foi visto como apreciáveis, porem todos  
446 os participantes tiveram dificuldades para encaminhar os trabalhos nos grupos. Aliado a tudo  
447 isso, a mesa de abertura do evento da qual participava a Presidente Dilma, não foi considerada  
448 representativa. **A Presidente do CEAS**, por fim, manifestou-se com um efusivo agradecimento  
449 aos **Conselheiros Plínio e Marli**, pelo profícuo trabalho de coordenação, desenvolvido junto a  
450 delegação paranaense. Foram relatadas diversas situações desagradáveis enfrentadas por  
451 esses dois Conselheiros e que precisaram ser por eles resolvidas em Brasília:- problemas de  
452 saúde, usuários viajando sozinhos e com 3 conexões, falta de comprometimento dos  
453 participantes, indefinições nas listagens dos hotéis e tantos outros. Destacou-se a preocupação  
454 da **Conselheira Marli** ao ter de atender uma delegada adoentada, dadas as dificuldades no  
455 atendimento medico. Com uma longa historia de trabalho nessa área, a **Coordenadora Gladys**  
456 relatou a ter tido diversas participações em Conferencias Nacionais , concluindo que é hora de  
457 se promoverem mudanças. É temerário encaminhar 3 mil pessoas para Brasília, sem uma  
458 estrutura e planejamento adequado. Onde estão os Direitos Humanos? Além das situações  
459 humilhantes vivenciadas, trata-se de perda de tempo e dinheiro! Levando em conta o que já foi  
460 relatado, a **Presidente Roseli** ainda pontuou a temeridade de não serem previstas as graves  
461 situações de saúde de alguns delegados que, na verdade, nem deveriam ter viajado, a exemplo:  
462 um maranhense que só possuía um pulmão e acabou falecendo em hospital, diabéticos com  
463 altas taxas de glicose, um deficiente visual cujo acompanhante foi acomodado em outro voo. A  
464 **Conselheira Marli** (SETS) que viajou a Brasília coordenando os delegados governamentais,  
465 agradeceu a oportunidade dessa experiencia, porem garantiu não ter sido uma tarefa fácil.  
466 Sentiu a forma do tratamento das moças da recepção completamente despreparadas e sem  
467 nenhuma polidez, extremamente radicais nos setores de alimentação. No exercício da sua  
468 tarefa, a **Conselheira Marli** acabou adquirindo um aparelho de pressão e ainda de forma  
469 abnegada se prontificou a banhar uma usuária que se encontrava em péssimas condições.  
470 Diante de todo esse quadro, o **Vice-Presidente Leandro Meller** formulou um agradecimento  
471 formal em nome do Conselho e da SEDS, dirigido aos **Conselheiros Plínio e Marli**. No afã de  
472 servir, ambos foram além do seu papel, com dedicação e comprometimento. Solicitou que fosse  
473 elaborado um relatório abrangendo todo esses relatos, e a SEC encaminhará ao Conselho  
474 Nacional. Concluiu a **Conselheira Marli**, enaltecendo o companheirismo demonstrado pelos  
475 Conselheiros Plínio, Ataise, Adriana, Gladys e Roseli. A **Conselheira Ataise** interpretou a sua  
476 decepção: os grupos não conseguiram fomentar as suas discussões, e a falta de acessibilidade  
477 era, em todos os aspectos. Com euforia, considerou que a Conferencia Estadual do Paraná foi  
478 exemplar e apoiando a opinião da **Coordenadora Gladys**, inúmeras pessoas foram unanimes  
479 em afirmar ser necessário vir ao Paraná para se aprender a organizar uma conferencia. Além  
480 disso, esse processo encontra-se ultrapassado. Dando suporte aos pensamentos anteriores, a  
481 **Conselheira Maria Auxiliadora** elogiou a nobreza e humanidade demonstradas pela  
482 **Conselheira Marli**, dizendo sentir-se orgulhosa em participar desse grupo. **\*Programa**  
483 **Família Paranaense**- Técnicas Alzenir e Paula. Através da explanação das servidoras da  
484 SEDS, os Conselheiros foram informados a respeito do Projeto Renault, que em parceria com a  
485 SEDS disponibilizará 05 veículos utilitários adaptados destinados a busca ativa de famílias em  
486 áreas inacessíveis. Dentro do recurso disponível, cada veiculo adaptado custará R\$157.000,00  
487 e a empresa proporciona uma doação direta aos municípios hierarquizados pelo estudo  
488 desenvolvido pela equipe da Gestão de Informação. Através dessa importante ação, será  
489 possível levar a politica da Assistência Social para as comunidades, vacinação das crianças,  
490 entre outros benefícios. Enquanto contrapartida, os municípios contribuirão com o motorista e  
491 os devidos cuidados para com o veiculo. **\*Resumo do AFAI- A técnica Alzenir** fez uma  
492 preleção sobre os internados em CENSES e Semi-liberdade, abordando o que determina a  
493 Deliberação 81/2013- O prazo final para os 178 municípios que poderiam apresentar projetos  
494 expirou em novembro de 2013. Informou-se que as técnicas foram até as Regionais e hoje cinco  
495 municípios já receberam recursos- **Valor Total** : R\$6.452.000,00. Cerca de 38 municípios já  
496 foram aprovados e 45 necessitam de ajustes. Entre as afirmações, foi explanado que  
497 atualmente 364 municípios estão desenvolvendo o programa Família Paranaense em alguma  
498 das suas modalidades. A técnica esclareceu ter atuado com seis Escritórios Regionais através  
499 de uma oficina de Planejamento Estratégico, que por sinal teve um efeito positivo, visando  
500 elencar as estrategias para 2014. Falando com exclusividade, a **Coordenadora da Proteção**  
501 **Social Especial, Conselheira Elenice Malzoni** referiu-se as residencias inclusivas já  
502 aprovadas. Procedeu-se um processo de reordenamento para uma população institucionalizada,  
503 processo complicado e de difícil manejo uma vez que trata-se de um publico com deficiências e

504 transtornos mentais. Das 77 pessoas, hoje restam apenas 8, concluindo o processo de  
505 reordenamento. AS residencias inclusivas beneficiam não só o Estado, mas também os  
506 municípios; atualmente já são sete os contemplados com 16 residencias inclusivas municipais,  
507 com seus respectivos planos de reordenamento, um processo gradual com quebra de cultura.  
508 Informou-se que em março será realizada uma grande capacitação, com envolvimento  
509 expressivo da rede da saúde. O Estado entrará com o cofinanciamento **\*Regionalização dos**  
510 **serviços**. Como os serviços são atrelados, foram estabelecidas comissões e o Estado precisa se  
511 organizar. Os estudos estão concluídos mas as ações precisam ser reordenadas, passando pela  
512 metodologia, estrutura física, funcionários, etc. Vale lembrar que o Paraná é o 1º Estado do  
513 país em numero de acolhimentos e os Conselheiros deverão ser instrumentalizados para essas  
514 mudanças, caminhos até então nunca trilhados. **\*Crescer em Família-** a SEDS tem mantido  
515 um estreito contato com a Secretaria de Saúde, obtendo um grande apoio. De um total de 143  
516 municípios, 99 já foram aprovados (linha de financiamento para entidades) e outros ainda se  
517 encontram em diligencia. **\*Informes da CIB-** a Serem encaminhados via e-mail. **\*Conselheira**  
518 **Gladys-** abordagem da resolução 21/2013, que pactua procedimentos das metas CRAS.  
519 **\*Proposição trazida pela Presidente Roseli-** Expedição de nota de pesar dirigida ao  
520 CEDCA/PR, pelo falecimento da representante da OAB/PR, **DR. Jimena Aranda**, ocorrido em  
521 22 de dezembro.- **APROVADO** . Nesses momentos finais, a **Presidente do CEAS/PR**  
522 **Conselheira Ines Roseli Tonello** , manifestou-se dizendo “Sempre considerar as ações do  
523 homem como as melhores intérpretes.” Relatou que nessa data comemora-se o aniversário da  
524 Secretária da Família, **Fernanda Richa**, não sendo desconhecido o fato do quanto essa grande  
525 figura tem beneficiado os rincões desse Estado. Batalhadora e incansável, não tem medido  
526 esforços em lutar pela melhoria das condições de vida dos menos favorecidos. Solicitou aos  
527 servidores da SEDS presentes no plenário, que levem ate a Secretária a especial honra desse  
528 Colegiado em tê-la como grande parceira. **\*Informe do Vice-Presidente Leandro.** Encontro  
529 da Região Sul do CONGEMAS em 28 e 29 de março em Porto Alegre e 28/29 e 30/2014 em  
530 Cuiabá. A presente ata foi gravada e redigida por Regina Amasiles Rodrigues Costa (SEDS),  
531 digitada e formatada por Lucas Calisto, sendo a Secretária Executiva Helena Navarro Gimenez.  
532  
533